

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Rio de Janeiro, RJ, 6 de março de 2012.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	2011	2010
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6).....	1.598	7.703
Contas a receber de clientes (Nota 7).....	7.216	18.274
Tributos a recuperar (Nota 8).....	11.230	6.721
Estoques.....	5.607	6.995
Demais contas a receber.....	883	2.887
	<u>26.534</u>	<u>42.580</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes (Nota 7).....	4.356	
Sociedades da Organização Odebrecht (Nota 7).....	85.063	226.872
	<u>89.419</u>	<u>226.872</u>
Imobilizado.....	8	7
	<u>89.427</u>	<u>226.879</u>
Total do ativo	115.961	269.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Atribuível aos acionistas					
	Capital social	Legal	Reservas de lucros Realização de investimentos (estatutária)	Futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2009	750	150	600	6.113	(2.834)	7.613
Prejuízo do exercício – R\$ 3,779 por ação do capital social.....					(2.834)	(2.834)
Transações de capital com os sócios:						
Absorção do prejuízo do exercício.....				(2.834)	2.834	
Em 31 de dezembro de 2010	750	150	600	3.279	(6.708)	4.779
Prejuízo do exercício – R\$ 8,944 por ação do capital social.....					(6.708)	(6.708)
Transações de capital com os sócios:						
Absorção do prejuízo do exercício.....		(150)	(600)	(3.279)	4.029	
Em 31 de dezembro de 2011	750				(2.679)	(1.929)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional – A Olex Importação e Exportação S.A. (“Olex” ou “Companhia”) foi constituída inicialmente com a razão social de Fraguariavesca Participações S.A. posteriormente alterada, mediante Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2008. A Companhia, parte integrante da Organização Odebrecht (“Organização”), tem sua sede legal e administrativa na cidade do Rio de Janeiro, e, por objeto social, o comércio via exportação e importação, por conta própria ou de terceiros, de produtos manufaturados, de bens primários e de quaisquer outras mercadorias, bens e serviços, e sua distribuição nos mercados externo e interno, pesquisas de mercado, atividades promocionais vinculadas ao comércio, no Brasil e no exterior, inclusive realização, participação ou patrocínio de feiras, exposições e *stands*, exploração do comércio de armazenagem e transporte de mercadorias, representações de qualquer natureza, agenciamento e intermediação em negócios, como representante mandatária, consignatária, comissária, agente administradora, gestora de negócios, ou procuradora de pessoas físicas ou jurídicas, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, beneficiamento, produção ou industrialização de matérias-primas, insumos, produtos manufaturados e outras mercadorias, locação de equipamentos industriais e participação em outras sociedades e realização de outras atividades conexas ou correlatas. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 59.118 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 121.272) e passivo a descoberto no montante de R\$ 1.929. A Companhia conta com recursos financeiros da controladora indireta a Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”), para fazer face aos passivos de curto e longo prazos. Adicionalmente, as operações da Companhia dependem do recebimento destes recursos, no montante de R\$ 85.063 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 226.872), conforme descrito na Nota 7. Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nessas demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 6 de março de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas estão sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Organização. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC’s). **(a) Mudança nas políticas contábeis e divulgações** – Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC’s vigindo a partir de 2011 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, ordens de pagamento à vista expedidas por clientes e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Financiamentos”, no passivo circulante.

2.3 Ativos financeiros. 2.3.1 Classificação – A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** – Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se tiver sido adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. **(b) Empréstimos e recebíveis** – Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes, outras contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração – As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo). Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro, líquido”, no período em que ocorrem. A receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros – Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros e não financeiros – A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment*, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os ativos não financeiros que estão sujeitos a amortização, é feita uma revisão periódica pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo do ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

2.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Embora a Companhia faça uso de derivativos apenas com o objetivo de proteção, não é aplicada a chamada contabilização de *hedge* (*hedge*

Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2011	2010
Circulante		
Financiamentos (Nota 9).....	74.344	134.542
Fornecedores e subempreiteiros.....	2.875	7.262
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais.....	257	59
Adiantamentos recebidos de clientes.....	7.783	13.008
Operações com derivativos (Nota 4.3).....		6.602
Demais contas a pagar.....	393	2.379
	<u>85.652</u>	<u>163.852</u>
Não circulante		
Financiamentos (Nota 9).....	30.000	100.828
Demais contas a pagar.....	2.238	
	<u>32.238</u>	<u>100.828</u>
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)		
Capital social (Nota 10 (a)).....	750	750
Reservas de lucros (Nota 10 (c)).....		4.029
Prejuízos acumulados.....	(2.679)	
	<u>(1.929)</u>	<u>4.779</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	115.961	269.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Atribuível aos acionistas					
	Capital social	Legal	Reservas de lucros Realização de investimentos (estatutária)	Futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2009	750	150	600	6.113	(2.834)	7.613
Prejuízo do exercício – R\$ 3,779 por ação do capital social.....					(2.834)	(2.834)
Transações de capital com os sócios:						
Absorção do prejuízo do exercício.....				(2.834)	2.834	
Em 31 de dezembro de 2010	750	150	600	3.279	(6.708)	4.779
Prejuízo do exercício – R\$ 8,944 por ação do capital social.....					(6.708)	(6.708)
Transações de capital com os sócios:						
Absorção do prejuízo do exercício.....		(150)	(600)	(3.279)	4.029	
Em 31 de dezembro de 2011	750				(2.679)	(1.929)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.5 Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas de provisão para créditos de realização duvidosa (*impairment*). Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, quando necessário. Se o prazo de vencimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante.

2.6 Estoques – Os estoques contemplam os materiais destinados à exportação e são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo classificados no ativo circulante. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.7 Imobilizado – O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia procedeu à revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.8 Financiamentos – Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9 Provisões – As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e relacionadas a impostos indiretos) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, e o valor for estimável com segurança. Não são reconhecidas provisões relacionadas às perdas operacionais futuras. Quando há uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Neste caso, uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido em despesa financeira.

2.10 Reconhecimento de receita – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia-se em suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita financeira** – A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.11 Distribuição de dividendos – A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos – As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerando razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas – Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. **(a) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros** – O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro – A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos. A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela Diretoria. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. **(a) Exposição a riscos cambiais** – A Companhia atua internacionalmente e está exposta aos riscos cambiais decorrentes de exposições de algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Adicionalmente, certos financiamentos da Companhia captados no exterior são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas. A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição de fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são monitorados continuamente pela Administração. **(b) Exposição a risco com taxa de juros** – A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros fluuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda estrangeira em taxas fluuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da Libor. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário. A Companhia analisa sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedges* alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. **(c) Risco de liquidez** – É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela área de tesouraria da Companhia.

4.2 Gestão de capital – A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equi-

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro	2011	2010
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
Operações continuadas		
Receita líquida de serviços (Nota 12).....	19.531	39.284
Custo dos serviços prestados.....	(20.282)	(35.524)
Lucro (prejuízo) bruto	(751)	3.760
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas.....	(2.810)	(5.155)
Prejuízo operacional	(3.561)	(1.395)
Resultado financeiro		
Resultado financeiro, líquido (Nota 13).....	(3.147)	(1.439)
Prejuízo do exercício	(6.708)	(2.834)
Prejuízo por ação das operações continuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação).....	(8.944)	(3.779)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro	2011	2010
(em milhares de reais)		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(6.708)	(2.834)
Ajustes:		
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos.....	2.047	(4.281)
Caixa aplicado nas operações	(4.661)	(7.115)
Variação nos ativos e passivos:		
Aplicações financeiras.....		1.212
Contas a receber de clientes.....	6.702	96
Estoques.....	1.388	1.215
Tributos a recuperar.....	(4.509)	(6.022)
Despesas pagas antecipadamente e outros ativos.....		(8.909)
Demais contas a receber.....	2.004	
Fornecedores e subempreiteiros.....	(4.387)	724
Operações com derivativos.....	(6.602)	
Adiantamentos recebidos de clientes.....	(5.225)	11.176
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais.....	198	(592)
Outros passivos.....	252	(86)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(14.840)	(8.301)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado.....	(1)	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1)	(7)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		
Recursos liberados.....	164.394	159.587
Dívida de curto e longo prazos, líquida		
Pagamentos – principal.....	(119.322)	(150.506)
Pagamentos – juros.....	(36.336)	(38.928)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	8.736	(29.847)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(6.105)	(38.155)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.703	45.858
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.598	7.703

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2011	2010
Total dos financiamentos (Nota 9).....	104.344	235.370
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 6).....	(1.598)	(7.703)
Dívida líquida.....	102.746	227.667
Total do patrimônio líquido.....	(1.929)	4.779
Total do capital.....	100.817	232.446
Índice de alavancagem financeira – %.....	102	98

4.3 Instrumentos financeiros derivativos – Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito exclusivo de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros, sendo proibida a sua utilização para fins especulativos. A Companhia realiza operações com instrumentos derivativos tendo como objetivo casar na mesma moeda os usos e fontes de recursos de suas operações. Para derivativos de moeda, estes instrumentos possuem um prazo máximo de doze meses e um prazo médio de seis meses e são contratados apenas com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior. Os instrumentos derivativos utilizados pela Companhia, nos termos da política financeira, são de alta liquidez (*Plain vanilla*), tal como *Non Deliverable Forward* (“NDF”). A Companhia não opera com instrumentos derivativos considerados exóticos. Em 5 de setembro de 2011, a Companhia liquidou operações de *swap*, que, em 31 de dezembro de 2010, apresentavam saldo passivo de R\$ 6.602. A perda líquida dessas operações apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.763, apresentada na rubrica “Outros resultados financeiros, líquidos” na demonstração do resultado (Nota 13). A partir dessa data, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2011		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber excluindo pagamentos antecipados (i).....	12.455	1.598
Caixa e equivalentes de caixa.....	14.053	
31 de dezembro de 2010		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Financiamentos.....	104.344	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais (ii).....	5.506	
	<u>109.850</u>	

	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber excluindo			

OLEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A.

CNPJ Nº 09.358.355/0001-21

Continuação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2011	2010
2012.....	70.828	70.828
2013.....	30.000	30.000
	<u>30.000</u>	<u>100.828</u>

O valor justo dos financiamentos não circulantes é igual ao seu valor contábil e baseia-se em fluxos de caixa descontados, conforme apresentado no quadro abaixo:

	2011		2010	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Moeda local (Reais).....	30.000	30.000	80.000	80.000
Moeda local estrangeira ...			20.828	20.828
	<u>30.000</u>	<u>30.000</u>	<u>100.828</u>	<u>100.828</u>

(i) Cláusulas restritivas e garantias – As operações de financiamentos possuem cláusulas restritivas, que vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia. Adicionalmente, as mesmas estão garantidas por aval da CNO.

10 Patrimônio líquido. (a) Capital social – O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é de R\$ 750, subscrito e integralizado totalmente por pessoas jurídicas nacionais, representado por 750.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **(b) Direito das ações** – Aos titulares de ações emitidas pela Companhia será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25%, tendo como base o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **(c) Apropriações do lucro** – De acordo com o Estatuto Social, as apropriações do lucro do exercício (propostas como a seguir), inclusive a distribuição de dividendos, serão deliberadas na Assembleia Geral dos Acionistas. (i) Reserva legal – É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até

alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. (ii) Reserva para realização dos investimentos (estatutária) – É constituída mediante apropriação de até 75% do lucro líquido do exercício ajustado após a constituição da reserva legal, até que, juntamente com a reserva legal, alcance 100% do capital social. (iii) Reserva para futuro aumento de capital – A Administração da Companhia aprovou a constituição dessa reserva, em função do artigo 199 da Lei nº 11.638/07, que determina que o saldo de reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. A proposta dessa reserva é de aumentar o capital social para se compatibilizar com o volume de negócios e investimentos previstos para a Companhia nos próximos anos.

11 Imposto de renda e contribuição social

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(6.708)	(6.708)	(2.834)	(2.834)
(+) Adições permanentes ..	31.805	31.805	50.238	50.238
(-) Exclussões permanentes	<u>(27.812)</u>	<u>(27.812)</u>	<u>(49.270)</u>	<u>(49.270)</u>
Prejuízo fiscal	<u>(2.715)</u>	<u>(2.715)</u>	<u>(1.866)</u>	<u>(1.866)</u>

A Companhia possui saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro, ambos no montante de R\$ 4.581 (2010 – R\$ 1.866), sobre os quais não foram reconhecidos tributos diferidos por falta de expectativa de lucro tributável futuro.

12 Receita líquida de serviços – A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Operações continuadas		
Receitas mercado interno e externo (Nota 7).....	20.214	39.284
Impostos e contribuições sobre serviços.....	(683)	
Receita líquida	<u>19.531</u>	<u>39.284</u>
13 Resultado financeiro, líquido		
Receitas de aplicações financeiras	364	2.057
Receitas nas operações com partes relacionadas (Nota 7).....	22.587	34.539
Juros de financiamentos.....	(22.064)	(34.134)
Comissões bancárias	(99)	(1.006)
Outros (*)	<u>(3.935)</u>	<u>(2.895)</u>
	<u>(3.147)</u>	<u>(1.439)</u>

(*) Refere-se substancialmente a variação cambial sobre operações de financiamentos em moeda estrangeira e perdas apuradas em operações com derivativos (NDF's).

DIRETORIA
Edson Nogueira Lemos
Eduardo de Oliveira Gedeon
Mauro Velloso Rehm
Rogério Luis Murat Ibrahim
Wilmon Gonçalves Torres Júnior
Afonso Celso Florentino de Oliveira
 Contador CRC MG071304/O-7 S RJ

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
 Olex Importação e Exportação S.A.
 Examinamos as demonstrações financeiras da Olex Importação e Exportação S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras – A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes – Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras

estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião – Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Olex Importação e Exportação S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase – Conforme descrito na Nota 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 59.118 mil e passivo a descoberto, no valor de R\$ 1.929. A Companhia conta com o acesso a recursos financeiros do acionista controlador indireto, Construtora Norberto Odebrecht S.A., caso seja necessário, para fazer face aos passivos de curto e longo prazos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. A Olex Importação e Exportação S.A. é parte integrante do conjunto de empresas que formam a Organização Odebrecht, e mantém operações financeiras e comerciais, em montantes relevantes, com sua controladora e outras empresas pertencentes à Organização Odebrecht, as quais são realizadas nas condições referidas na Nota 7 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Salvador, 6 de março de 2012.



pwc
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Fabio Cajazeira Mendes
 Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" RJ